

## **PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E SERVIÇO SOCIAL: avanços históricos e os desafios na atualidade**

PEREIRA, Maria Aparecida<sup>1</sup>

OLIVEIRA, Maria Goretti Rodrigues de Souza<sup>2</sup>

ALVES, Luciana<sup>3</sup>

GOMES, Maria de Fátima Leite<sup>4</sup>

### **RESUMO**

Este artigo contextualiza os primórdios das intervenções do Serviço Social nos processos sócio-históricos da sociedade, criando subsídios para a produção de conhecimentos científicos. A busca pelo conhecimento acompanha a humanidade desde sempre e sua expansão é diretamente proporcional às necessidades consequentemente criadas a partir das relações sociais vivenciadas através do tempo. Na medida em que o tema é explanado, cria-se um convite à reflexão sobre os percalços aos quais os profissionais do Serviço Social passaram e permanecem submetidos, desde a gênese da sistematização das vias de pesquisas, em uma sociedade em constantes e progressivas transformações. Diversas questões são levantadas em relação a implicações éticas, em contraponto a enfrentamentos políticos, assim como são expostos os desafios de realizar uma pesquisa social consistente, com foco na fundamentação histórica, permeada de referenciais teórico-científicos e na renovação dos recursos teóricos, os quais entram em conflito com a prática cotidiana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social; pesquisa; processos sócio-históricos; implicações éticas; produção do conhecimento.

### **1. INTRODUÇÃO**

O desenvolvimento deste artigo foi feito através de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e abordagem qualitativa, utilizando como base o artigo Introdução ao Debate Sobre o Significado do Conhecimento Produzido pela Sociedade Científica Contemporânea, de João Carlos Bernardo Machado (UFRRJ), os artigos publicados na Revista Temporalis, cujos autores foram Maria Carmelita Yazbeck (2005), Maria Lúcia Barroco (2009), Ivete Simionatto (2005), ABEPSS (2009) e o livro Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade, de Aglair Alencar Setubal (2013).

O ser humano tem em sua essência uma necessidade natural de tentar entender o que acontece ao seu redor. Tudo o que vê, tudo o que toca, tudo o que sente é objeto de sua incessante pesquisa. Esta curiosidade, este interesse insaciável pelo conhecimento tem levado a humanidade à elucidação de inúmeros fenômenos, não apenas físicos ou naturais,

---

<sup>1</sup> Graduada Serviço Social- Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

<sup>2</sup> Graduada Serviço Social- Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

<sup>3</sup> Graduada Serviço Social- Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

<sup>4</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Serviço Social- Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

mas também os de caráter social, sendo estes últimos os objetos de nosso estudo. Ao longo das eras, as várias correntes de pensamento e seus processos de pesquisa que buscaram a elaboração do conhecimento, culminaram em relevantes descobertas científicas, baseadas principalmente nas relações sociais humanas através da história.

Com o surgimento de necessidades cada vez maiores e bem mais complexas do que as necessidades básicas individuais, advindas de experiências sociais acumuladas cotidianamente, o homem se vê impelido a buscar compreender a sua realidade social. Entrando no contexto do Serviço Social, abordaremos a evolução de desenvolvimentos teórico-metodológicos com foco na produção do conhecimento científico, veremos as implicações éticas e os enfrentamentos políticos, os desafios da formação profissional, as contribuições dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP's) e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

## 2. CONHECIMENTO COMO FORMA DE EXPRESSÃO HUMANA

Desde o início da civilização o homem tem procurado expressar e registrar suas experiências, de maneira que elas pudessem ser transmitidas para as gerações futuras como fonte de conhecimento. A cada descoberta revelada, inúmeras outras surgem em razão dos subsídios que serviram como base para aprofundamentos e capilaridades.

Ao considerarmos o conhecimento como forma de se expressar do homem no decorrer da sua história, vemos que, desde os primórdios da humanidade, ele foi sendo construído na relação entre os homens e destes com os objetos da natureza. O conhecimento foi desenvolvendo-se à medida que as próprias ações humanas expandiam-se em decorrência do surgimento e crescimento das necessidades estimuladas pelas experiências sociais, muitas das quais impostas pelos sistemas de produção determinantes das relações sociais de cada época. (SETUBAL, 2013, p.30).

A compreensão do mundo que vivemos, em especial às realidades sociais e suas diversidades, particularidades e transformações, é essencial para a produção do conhecimento. Através da observação minuciosa é possível (em alguns casos) responder algumas das indagações clássicas de Schwartzman (apud SIMIONATTO, 2005, p.52), em seu livro "Ciência, Universidade e Ideologia: a Política do conhecimento" escrito em 1980:

Como conhecer de forma adequada o mundo em que vivemos? Como distinguir o conhecimento verdadeiro do falso? Qual o papel do conhecimento na organização da sociedade e na conquista da felicidade humana? Qual a função política do conhecimento, Quais são os determinantes sociais dos diversos tipos de conhecimento? Qual a relação entre o conhecimento e a ética? Como aprender, estudar, decifrar o sentido do nosso tempo, seus dinamismos, suas contradições? Qual o destino dos dados científicos? Que conhecimento produzir em realidades como a atual, em que os processos de exclusão são a marca de nossa história?

O infindável volume de informações disponibilizadas graças ao revolucionário aparato tecnológico que tem a *internet* como seu protagonista, promoveu uma democratização do conhecimento. A todo instante e em qualquer lugar temos ao nosso

dispor os mais diversos bancos de dados. Tudo ao nosso alcance 24 horas por dia, gerando uma otimização em pesquisas que antigamente levariam um tempo considerável para sua conclusão. O problema é que esta grande socialização de informações culmina muitas vezes em inibição da investigação científica, partindo do pressuposto de que não se deve tratar tudo o que se vê como verdade absoluta antes de um aprofundamento metuculoso e perpassado de senso crítico por parte de quem as acessa, como afirma Nogueira (2004, p.198):

Manuseadas pela razão instrumental (custo/benefício), produzem, quando muito, perícia e habilidade, já que o vínculo do conhecimento depende de operações intelectuais balizadas por um outro tipo de razão, a razão crítica. Justamente por isso, um maior estoque de informação não garante nenhum ganho seguro em termos de compreensão crítica do mundo.

A absorção de volumes estratosféricos de informações não implica necessariamente que todas as “verdades” ditas incontestáveis possam ser tratadas de tal forma, nem que suas aplicações práticas sobre a realidade sejam possíveis. As discussões sobre o valor do conhecimento científico para a sociedade são levantadas desde o Renascimento, através do confronto contínuo de duas concepções. Segundo Marilena Chauí (2004), uma dessas concepções é o *ideal de conhecimento desinteressado*, cujo fundamento está, como denota o próprio enunciado, no desinteresse em aplicar na prática suas explicações sobre a realidade. A ciência demonstra sua importância na elaboração de estudos com o intuito de expandir o conhecimento da humanidade sobre a realidade, independente de sua aplicabilidade sobre ela. A segunda concepção é denominada de *utilitarista* da ciência, que contrapondo-se à anteriormente citada, defende as aplicações práticas dos conhecimentos. A produção do conhecimento é feita para o atendimento de finalidades imediatas e práticas, conferindo a verdade de uma teoria científica. De acordo com Chauí (2004), o valor das teorias científicas chega nitidamente em um impasse no confronto entre as duas concepções, e a solução para um consenso seria a distinção entre a ciência pura e a ciência aplicada.

### **3. COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL NAS PESQUISAS DO SERVIÇO SOCIAL**

O pesquisador do Serviço Social tem um vasto campo e em diferentes níveis de interesse para o desenvolvimento de seus estudos, a exemplo de áreas relativas à saúde, educação, meio ambiente, movimentos sociais, entre tantos outros objetos de investigação, mas todos, indiscriminadamente, devem obedecer aos princípios e concepções éticas na orientação do trabalho. O Código de Ética (CE) do Serviço Social é bem claro no que se refere ao papel do assistente social em pesquisas: é vedado “exercer sua autoridade de

maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses” (CE, tít. III, art. 6<sup>a</sup>, p.15). Todo processo de pesquisa deve ser norteada pelo compromisso com os participantes em não se desviar dos cuidados éticos inerentes a seu ingresso no tema do estudo, estendendo à fase de avaliação e finalização dos resultados obtidos.

No Brasil, de acordo com as normas de pesquisa científica instituídas pela Resolução 196/96, toda pesquisa com seres humanos exige que o participante seja informado sobre a pesquisa e decida, com autonomia, sobre a sua participação, devendo assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)<sup>5</sup> (BARROCO, 2009, p.132).

Desta forma fica evidente que por nenhuma hipótese haja coerção sobre a participação de pesquisas, de acordo com o CE do Serviço Social. Como grande parte das pesquisas é voltada para as populações vulneráveis, principais usuárias dos serviços sociais, devido a fatores relativos a diferenças culturais, problemas de comunicação ou divergência de valores, algumas estratégias de mediação precisam ser elaboradas para garantir a liberdade de inserção destes participantes. Tomemos como exemplo a participação de mulheres que vivem em regiões onde os direitos femininos são suprimidos, como na cultura islâmica, que dependem do consentimento por parte dos maridos. Conforme afirma Schneider e Schuklenk (2005, p.168, apud. BARROCO, 2009, p.133), “é preciso desenvolver estratégias que garantam o direito da mulher recusar participar, mesmo quando o marido tiver consentido”. Todas as informações sobre o processo da pesquisa, seus objetivos e consequências, assim como a forma de sistematização dos dados obtidos devem ser transmitidas aos participantes de forma clara e acessível, para que não restem dúvidas sobre sua decisão em fazer parte do processo. O pesquisador assume o compromisso ético-político de ser cauteloso em suas formas de abordagem, evitar causar quaisquer danos morais, socioeconômicos ou políticos aos participantes, assim como ser intrusivo e desrespeitoso na vida privada, causar constrangimentos ou deturpar as respostas de forma tendenciosa às suas finalidades, devendo preservar o sigilo de suas informações.

O desvio desse compromisso caracterizaria uma infração ética: “Abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes” (CE, tít. II, art. 3c, p.14).

É interessante ressaltar que o compromisso com os participantes continua mesmo após o término da pesquisa. Além da devolução das informações colhidas, é igualmente importante também transmitir os seus resultados.

De acordo com Lott (2005, p. 80, apud. BARROCO, 2009, p.134), as pesquisas realizadas com a população vulnerável (população pobre, população carcerária, portadores

---

<sup>5</sup> O “Termo de Consentimento Livre e esclarecido” (TCLE) é parte da Resolução 196/96 que criou a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) instituindo as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo a pesquisa com seres humanos.

de necessidades especiais, refugiados e idosos) exigem uma atenção especial por se tratarem de pessoas com maior propensão a serem induzidas a participarem de pesquisas, seja por pressões políticas, por necessidades socioeconômicas ou pela própria fragilidade. Alguns benefícios e recompensas são oferecidos em troca de sua participação nos estudos, como por exemplo, a redução de pena e privilégios na prisão para os prisioneiros, o que já demonstra uma clara sedução por barganha. Ao constatar situações de indução ou coação em pesquisas, além da recusa em participação, cabe ao assistente social denunciar, de acordo com o CE:

Denunciar, no exercício da profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei de Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do cidadão” (CE, tít. II, cap. IV, art. 13b, p.18).

Mas não só de deveres vive o Código de Ética. O assistente social também está assegurado da preservação de seus direitos para não sofrer prejuízos éticos. “A inviolabilidade do local de trabalho, de seus respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional” (CE, tít. II, art. 2d, p.20).

A mercantilização da vida humana, provocada pelo processo de financeirização e fetichização do capital (IAMAMOTO, 2007) reflete nas relações sociais que são regidas cada vez mais pelo lucro, influenciando na produção do conhecimento tendenciado a fragmentar a realidade de acordo com interesses mercantis e conseqüentemente criando novos consumidores ou novas formas de discriminação, em alguns casos desvinculando fenômenos sociais e imputando-os a questões genéticas.

As doenças mentais, a homossexualidade, o gênio violento ou o próprio sucesso no trabalho são atribuídos à genética. As dificuldades escolares - antes explicadas pelas desigualdades culturais ou nutricionais - são hoje imputadas a desordens psíquicas de ordem genética, excluindo-se quase que completamente os fatores sociais com elas relacionados [...] O indivíduo cidadão passa a ser desconsiderado e criam-se “categorias de indivíduos sociais: os pacientes/coletivos da nova medicina”. (OSELKA; COSTA; GARRAFA, 2002, p.179).

#### **4. OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

No decorrer de sua trajetória, o Serviço Social tem buscado constantemente a renovação de seus recursos teóricos e práticos para as suas produções científicas. As transformações sofridas em cada conjuntura desse percurso levou algumas vezes o profissional a produções de conhecimentos parciais, incompletas, invertidas e fetichizadas (SILVA, 1993). Houve fases onde existiu continuidade, fases que possibilitaram avanços significativos e fases onde aconteceram rupturas. Cada período histórico teve suas particularidades.

Do período compreendido entre os anos 1930 ao final dos anos 1970, de acordo com Coutinho (1990, p.25) o Serviço Social vivia em uma “fecunda batalha de ideias” que começava a florescer, mas sem conseguir incorporar ao pensamento crítico. Já a partir da década de 1980, as mudanças históricas deram espaço à recriação da capacidade de análise, interpretação e intervenção na realidade, fortalecida pelo surgimento dos cursos de pós-graduação, alicerçando um novo projeto profissional. Em 1982 houve a reforma curricular que fundamentava a pesquisa como exigência da formação profissional. Mais tarde, em 1987, foi criado o Centro de Documentação em Pesquisa e Políticas e Serviço Social (CEDEPSS), estimulando e investindo na produção do conhecimento.

A organização e a sistematização do conhecimento ganharam novos espaços de divulgação com a criação dos “Cadernos de Pesquisa do CEDEPSS” e dos “Cadernos ABESS”, que vigoraram de 1986 a 1998. As produções veiculadas nesses espaços evidenciam as preocupações da pesquisa em relação à discussão metodológica, às controvérsias paradigmáticas nas Ciências Sociais, suas relações com o Serviço Social e suas implicações na construção do conhecimento e na intervenção profissional. (SIMIONATTO, 2005, p.55).

Nos anos 1990, sob a influência da Carta Constitucional de 1988, o Serviço Social promoveu estudos importantes alusivos à nova realidade democrática, abordando temas como cidadania, participação popular, democracia direta, direitos sociais. A “Revista Temporalis” substituiu os cadernos CEDEPSS e ABESS em 1998, tornando-se atualmente, assim como a revista “Serviço Social e Sociedade”, um importante veículo para publicação de conhecimento no universo do Serviço Social brasileiro. Em 1992 foi criado o Diretório de Grupos de Pesquisa pelo CNPq, dando um novo ânimo à produção coletiva e intensificando a formação de núcleos e grupos de pesquisa envolvidos em estudos de eixos temáticos de grande relevância. Segundo Siamonatto (2005, p.57), houve um avanço no “trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social”. Os desafios profissionais do assistente social apresentam-se de forma mais ampla, indo além das demandas e tarefas.

[...] ampliaram-se os conhecimentos sobre os processos sociais contemporâneos, as particularidades da constituição e do desenvolvimento do capitalismo, do Estado, da sociedade civil, do trabalho, da pobreza, da exclusão, da democracia, da cidadania, das políticas sociais e do próprio Serviço Social. [...] Trata-se de compreender de que forma as complexas determinações sociais das novas condições históricas de materializam em situações e problemas sociais específicos ao campo profissional, que não poderão ser captados somente pelo domínio da “razão teórica” descolada do real, ou, inversamente de um real que se esgota nele mesmo. (SIAMONATTO, 2005, p.57, 58).

## **5. AS CONTRIBUIÇÕES DOS GRUPOS TEMÁTICOS DE PESQUISA (GTP’S) E DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS)**

A ABEPSS teve na sua fundação a denominação ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL - ABESS, em 1946. Em 1998 passou a denominar-se

ABEPSS. Sua missão consiste na defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no acompanhamento da implantação das Diretrizes Curriculares e na coordenação da política de formação profissional na área de Serviço Social, com foco na articulação entre a graduação e pós-graduação e buscando o fortalecimento e consolidação do Serviço Social como área de produção do conhecimento. Eventos importantes foram promovidos pela ABEPSS, como os Encontros Nacionais de Pesquisadores de Serviço Social – ENPESS e as Convenções Nacionais, atualmente chamadas de Assembleias Gerais da ABEPSS, que acontecem a cada dois anos, as Oficinas Regionais e Nacionais de Graduação e os Seminários de Pós-Graduação, espaços de articulação, capacitação e realização do debate político-acadêmico.

Com a aprovação do estatuto da entidade, em dezembro de 2008, e a consolidação da ABEPSS como organização acadêmico-científica, em junho de 2009, abriu-se a discussão para a formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), que tinham como objetivos:

- I – propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa na perspectiva do fortalecimento da área do Serviço Social;
- II – organizar estratégias de fortalecimento ou redimensionamento das linhas de pesquisa na área de Serviço Social;
- III – realizar levantamentos permanentes das pesquisas desenvolvidas e dos eixos temáticos de cada grupo;
- IV – coordenar ações acadêmico-científicas da entidade relativas aos eixos de cada grupo temático;
- V – propor à diretoria uma estrutura de organização temática para o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS. (ABEPSS, 2009, p.157)

A essência dos GTPs<sup>6</sup> está na incumbência de coletivizar as produções do conhecimento, na resistência à cultura neoliberalista de competitividade produtivista que estimula o isolamento dos pesquisadores. A partir de 2010 a ABEPSS<sup>7</sup> iniciou a estratégia de implementação gradual dos GTPs. O princípio do processo foi acolhimento do plano discutido no Seminário Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa, em novembro de 2009, que consistia no enxugamento das áreas propostas para discussão contidos no documento anterior datado em junho daquele mesmo ano, e a partir dali, fomentar debates que frutifiquem em pesquisas mais específicas, e assim, abrir espaço para a criação de mais GTPs. Na sequência do Seminário Nacional aconteceu a Reunião da Diretoria da ABEPSS, que culminou na aprovação da proposta de “constituir no ENPESS<sup>8</sup> sete Colóquios que vão criar os GTPs em sete áreas temáticas, todas elas relacionadas diretamente ao Serviço Social”. (ABEPSS, 2009, p.157). O ementário consiste em:

1. Trabalho, Questão Social e Serviço Social;
2. Política Social e Serviço Social;

---

<sup>6</sup> GTPs - Grupo de Trabalho e Pesquisa

<sup>7</sup> ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

<sup>8</sup> ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisa de Serviço Social

3. Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional;
4. Movimentos Sociais e Serviço Social;
5. Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social;
6. Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades;
7. Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

Participam dos GTPs os grupos de pesquisas cadastradas no CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pesquisadores individuais vinculados às universidades e/ou Faculdades e outros espaços e organizações engajados na produção do conhecimento.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Produzir conhecimento tem sido, no decorrer da história da humanidade, tão importante quanto entender o sentido da vida, pois se fizermos uma análise mais ampla do que possa ser considerado relevante na vida, veremos que é tudo aquilo que possa ser transmitido como forma de conhecimento adquirido através de experiências vividas. As questões clássicas de Schwartzman sobre a produção do conhecimento, citadas anteriormente no texto, podem ser respondidas, ou pelo menos boa parte delas, pelas infindáveis pesquisas realizadas na área, mas cabe a cada um absorver as informações com o senso crítico ativado, e não apenas aceitá-las incontestavelmente, mas sempre que possível buscar um maior aprofundamento, discuti-las ou até abrir novos estudos.

Nem sempre as pesquisas tendem a elucidar ou resolver os problemas levantados. As teorias científicas tendem mais a avançar sem a preocupação de encontrar soluções práticas, dando lugar ao surgimento de novas investigações teóricas. Existe aí o impasse sobre o valor das teorias científicas entre a *ciência pura*, que apesar do descompromisso com os fins práticos pode contribuir para eles, e a *ciência aplicada*, que pode também servir de base para estudos teóricos.

O compromisso ético nas pesquisas de Serviço Social jamais deve ser ignorado. O Código de Ética profissional não deixa margens para desvios de conduta e especifica bem o papel do assistente social na coleta, no tratamento e na transmissão das informações contidas em seus estudos.

Desde a década de 1930 o profissional de Serviço Social teve suas produções científicas norteadas por várias transformações, acompanhando a conjuntura de cada uma das fases. Os desafios profissionais ganharam uma dimensão mais ampla, indo além das demandas e ao encontro das atuais condições históricas.



Com o surgimento dos Grupos Temáticos de Pesquisa, implementado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o incentivo às produções científicas coletivas foi intensificado, permitindo um avanço significativo nas discussões sobre os eixos temáticos de maior relevância no âmbito do Serviço Social.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, ano I, n. 1, PP. 151-161, jan./jun. 2000.

BARROCO, Maria Lúcia da Silva. Serviço Social e pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos. **Temporalis**, Brasília, n. 17, p. 131-142, 2009.

MACHADO, João Carlos Bernardo. Introdução ao Debate Sobre o Significado do Conhecimento Produzido pela Sociedade Contemporânea. p.1-18

SETUBAL, Aglair Alencar. Pesquisa em Serviço Social: Utopia e Realidade - A ineliminável Relação da Pesquisa com a Produção do Conhecimento Científico - cap. I. p.29-78. 5.ed. - São Paulo: Cortez, 2013.

SIMIONATTO, Ivete. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano 5, n. 9, p. 51- 62, jan./jun. 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social. **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano 5, n. 9, p. 147-159, jan./jun. 2005.